



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE JAGUARAIÁ • PR

Artigo 37 da Constituição Federal | Artigo 153 da Lei Orgânica Municipal
Criado de Acordo com a Lei Municipal 2603/2016 Regulamentado pelo decreto 452/2016

www.jaguariaiva.pr.gov.br

Jaguariaíva, 05 de setembro de 2025 03 Páginas / Ano 9 / Edição nº 961



LEIS

LEI nº. 3078/2025

EMENTA: Institui o programa "Cuidando de Quem Cuida", voltado ao apoio psicossocial às mães e famílias atípicas no município de Jaguaraiá, estabelece a Semana da Maternidade e Paternidade Atípica e dá outras providências.

AUTORIA: Vereador Alan Tafarel Cardoso Monteiro.

A Câmara Municipal de Jaguaraiá Aprovou e eu, Prefeito Municipal, na forma do disposto no artigo 67 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de novembro de 2002 e Lei Federal nº 4.320/64, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do município de Jaguaraiá, o programa municipal "Cuidando de Quem Cuida", com o objetivo de oferecer acolhimento, orientação e apoio psicossocial às mães, pais e familiares atípicos, responsáveis pelo cuidado de crianças, adolescentes ou adultos com deficiência, síndromes, transtornos ou doenças raras.

Parágrafo Único. Para os fins desta Lei, consideram-se famílias atípicas aquelas que se dedicam aos cuidados com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Síndrome de Down, TDAH, doenças raras ou demais condições que exijam atenção especial e contínua.

Art. 2º O programa terá como finalidade oferecer suporte psicossocial, acompanhamento psicológico, orientação terapêutica, formação e valorização dos cuidadores, com foco na saúde mental, emocional e bem-estar social.

§1º São objetivos do programa:

- Promover saúde mental e bem-estar às mães, pais e cuidadores atípicos;
- Garantir acesso prioritário aos serviços de saúde mental e apoio social;
- Desenvolver ações de autocuidado, enfrentamento à ansiedade e depressão;
- Fortalecer vínculos familiares e promover inclusão social;
- Fomentar ações de qualificação profissional e reinserção no mercado de trabalho, respeitando as especificidades da rotina dos cuidadores;
- Apoiar os cuidadores em momentos em que necessitem realizar exames, consultas, formações ou atividades sociais, oferecendo suporte temporário à pessoa cuidada;
- Integrar os cuidadores à rede de apoio da saúde, educação, assistência social e jurídica, de forma articulada.

Art. 3º Para cumprimento dos objetivos desta Lei, o Município poderá desenvolver:

- Acolhimento especializado no pós-diagnóstico ou pós-parto;
- Rodas de conversa, oficinas e grupos terapêuticos para os cuidadores;
- Formação de profissionais para o atendimento qualificado e humanizado dessas famílias;
- Parcerias com instituições públicas e privadas para ampliação do atendimento;
- Campanhas de sensibilização e combate ao preconceito e à invisibilidade das famílias atípicas;
- Incentivo à participação ativa dos cuidadores em políticas públicas locais.

Art. 4º Fica instituída a Semana Municipal da Maternidade e Paternidade Atípica, a ser realizada anualmente na última semana do mês de março.

§1º As atividades realizadas no período abrangente, entre outras iniciativas:

- Palestras, seminários e rodas de conversa com cuidadores, profissionais da saúde, educação e assistência social;
- Campanhas educativas para sensibilização da população sobre a maternidade e paternidade atípica;
- Atividades culturais e de lazer voltadas às famílias atípicas;
- Divulgação dos direitos e serviços disponíveis aos cuidadores no município;
- Evento para celebrar e honrar as mães, pais e familiares atípicos, responsáveis pelo cuidado de crianças, adolescentes ou adultos que enfrentam desafios extraordinários na criação de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Síndrome de Down, TDAH, doenças raras ou demais condições que exijam atenção especial e contínua.

Art. 5º As mães, pais e cuidadores legais de pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Síndrome de Down, TDAH, doenças raras ou demais condições que exijam atenção especial e contínua, terão prioridade de atendimento psicossocial nas unidades de saúde pública do município.

Art. 6º Os projetos e ações do programa deverão ser amplamente divulgados para garantir o alcance ao público-alvo e a participação da sociedade.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, assegurando sua plena aplicação.

Art. 8º As medidas contidas nesta Lei não acarretarão despesa ao Município.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 05 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal



DECRETOS

DECRETO nº. 1062/2025

Súmula: Dispõe sobre a Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 348.535,07 (Trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sete centavos).

O Prefeito Municipal de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constitui a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Artigo 1º. Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Jaguaraiá, no Corrente Exercício Financeiro, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 348.535,07 (Trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sete centavos) para as seguintes Dotações Orçamentárias:

07 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEMIL
1.002 Manutenção dos Próprios Municípios
120 3.3.90.39.00.00.00.00 0510 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 82.500,00

09 SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SETUR

2.104 Gestão de Resíduos Sólidos
171 3.3.90.39.00.00.00.00 0510 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 254.713,64

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF

2.078 Manutenção dos Serviços Desenvolvidos pelo CRAS
367 3.3.90.30.00.00.00.00 0935 Material de Consumo 2.331,43
368 3.3.90.39.00.00.00.00 0935 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 8.990,00

Artigo. 2º. Os recursos necessários à suplementação a que se refere o artigo anterior, decorrerão do artigo 4º, incisos I, II, III, IV e V, artigo 7º, Parágrafo 1º e 2º, inciso II da Lei nº. 3.018/2024, artigo 43, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº. 4.320/1964, provenientes:

I. Oriundo do cancelamento da seguinte Dotação:

15 SECRETARIA M. SEG. PÚBLICA, TRÂNSITO E DEFESA CIVIL - SEMSP

2.021 Manutenção da Segurança Pública e Ordem Social
415 4.4.91.40.00.00.00.00 0510 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 337.213,64

12 SECRETARIA M. DE DESENV. SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA - SEDESMF

2.081 Manutenção dos Serviços do CREAS - PAEEI
384 3.3.90.30.00.00.00.00 0935 Material de Consumo 11.321,43

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 2.866, de 02 de agosto de 2021 (Plano Plurianual - PPA 2022 - 2025).

Artigo 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na Lei Municipal nº. 3.012, de 25 de setembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2025).

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na presente data.

Artigo 6º. Publique-se, registre-se e anote-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

DECRETO nº. 1063/2025

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de FRANCISCO CARLOS DE MIRANDA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constitui a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por **FRANCISCO CARLOS DE MIRANDA**, servidor público municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, sob matrícula nº. 3.252, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 15934/2024.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ
Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos

DECRETO nº. 1064/2025

Súmula: Dispõe sobre a Prorrogação de Processo Administrativo Disciplinar em face de SIRLEI DE OLIVEIRA ZESEZYCHI e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Jaguaraiá, Estado do Paraná, Senhor **JOSÉ SLOBODA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 67, incisos X e XXV da Lei Orgânica, c/c art. 148 e 154 da Lei nº. 2155/2010 e de acordo com o Decreto nº. 017/2025, que constitui a C.A.D.P. - Comissão Administrativa Disciplinar Permanente,

DECRETA

Art. 1º. Fica Prorrogado o Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos fatos e responsabilidades praticados por **SIRLEI DE OLIVEIRA ZESEZYCHI**, servidora pública municipal, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professor Classe "C", sob matrícula nº. 1.053, tendo em vista o contido no Protocolo Geral sob nº. 05315/2025.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. Publique-se. Registre-se. Anote-se.

Gabinete do Prefeito, 05 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

ELIEL MENDES DOS SANTOS SALES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

CARLOS PEREZ GOMEZ

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento Orçamentário

ERIC DUDIK ROGÉRIO

Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



SENJUR

JULGAMENTO

Processo Administrativo Disciplinar

Autos nº 7.902/2025

Investigada: Valdelice Paes de Oliveira

1. RELATÓRIO

Vistos, relatados e tomadas às demais providências necessárias nos presentes autos, verifiquei que:

O processo administrativo disciplinar foi instaurado aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, designada pelo Decreto 911/2025, para apurar os fatos e responsabilidades descritos no Protocolo Geral sob nº 7.902-2025 que informa que a investigada se ausentou do seu local de trabalho sem comunicar seu chefe imediato, conforme OFÍCIO Nº 571/2025-SEDESMF, com descrição a seguir, página 10 dos autos:

"Informamos que na data de 29/05/2025 foi constatada a seguinte conduta inadequada por parte da colaboradora. A mesma saiu no horário de expediente sem autorização do seu superior, para assuntos particulares, não registrando seu ponto."

Designou-se a Comissão Administrativa Disciplinar Permanente por meio do Decreto 017/2025 para apurar os fatos.

Instaurado o processo, foram autuados os documentos; após realizou-se a instrução do mesmo, com a oitiva de duas testemunhas e o interrogatório da investigada; encerrada a fase instrutória, a Comissão Disciplinar, concluiu pela responsabilização da investigada pela infração do art. 122º, inciso I, da lei municipal 2155/10; por fim, a Procuradoria Jurídica do Município apresentou parecer favorável a Comissão Disciplinar, opinando, assim, pela procedência do processo e pela aplicação da pena de suspensão de 03 (três) dias, conforme previsão do art. 134º e 135º da lei municipal 2155/10.

1. Art. 122, inciso I - ausentou-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato.
2. Art. 134. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 122, incisos I a VIII e XIX, e de subordinação de dever funcional prevista em lei, expedida em seu nome interno, que não justifique imputação de eventual mau-gosto.
3. Art. 135. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não impliquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

É o relatório do necessário.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Procuradoria Jurídica Municipal bem analisou a questão, razões que adoto como fundamentos.

Abstrai-se dos autos, em síntese, que a investigada se ausentou do seu local de trabalho sem autorização da chefia imediata,

O processo mereceu cuidadosa análise, pois é dever do servidor exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.

Na instrução probatória foi realizada a oitiva da investigada e de duas testemunhas, segue abaixo uma síntese dos depoimentos.

Dos depoimentos, realizam-se uma síntese dos fatos:

Depoimento de Camila Teixeira de Melo Floriano

(...) Que é coordenadora do serviço de convivência. Que no dia 29/05/2025 apenas comunicou que precisaria sair para resolver problemas particulares. afirmou que saiu do trabalho ou chegava mais tarde por conta de saúde ou por ter acordado mais tarde. Que a investigada sempre diz que a hora que ela vai sair ela sai. Que causa problemas pois tem que deslocar estagiária para cuidar da sala. Que a investigada é responsável pela sala e que as crianças são liberadas às 17 horas, porém há diversas vezes a investigada sai às 16h e 30min, causando problemas de deslocamento de outros servidores. afirmou que há funcionários que reclamam de atitudes autoritárias da investigada. Há vezes que a investigada saiu da escola sem ao menos comunicar sua chefe imediata, deixando a sala sob os cuidados dos estagiários. Tem aproximadamente 45 alunos. Que não tem nenhum problema pessoal com a investigada. Que os atestados eram direcionados à Secretaria e não para o depoente. Que não sabia qual o destino da investigada quando saiu da instituição de ensino.

(...)

Depoimento de Fátima Maria dos Santos

(...) Que é monitora e trabalha junto com a investigada. Relatou que a investigada apenas comunicou a sua chefe imediata que estava saindo e voltou ao horário. Que ela não tem costume de viajar a investigada, porém nesse dia ela estava próximo e ouviu a conversa. afirmou que a investigada apenas comunicou que estava saindo e não houve autorização da sua Sra. Camila.

(...)

Interrogatório de Valdelice Paes de Oliveira:

(...) Que no dia 29.05.2025 ela pediu e fora autorizado pela sua chefe imediata. Disse que precisava sair do seu local de trabalho às 15 horas e que a Sra. Camila teria concordado. Ela afirmou que as vezes tem que sair mais cedo para buscar sua filha na escola, pois ela sai 10 minutos antes do que a investigada sai do seu trabalho. Que aconteceu de sair para buscar a filha por motivo de doença e que sempre pede e recebe autorização da sua superior hierárquica. Que é invertebrado que ela não pode para sair. Que não tem problema pessoal com a sua chefe imediata. Que no dia 29.05.2025 as crianças foram para a quadra de esportes e não era dia da investigada cuidar das crianças. Que ela não estava na escola. Os atestados de manhã o celular não despetiu. Que não acha ninguém para ficar com sua filha na parte da manhã. Afirma por fim que sempre comunica a sua Chefe imediata. Que as comunicações foram feitas verbais.

(...)

A defesa da investigada alegou inicialmente que a mesma não pode ser punida haja vista que já recebeu advertência, e, que, portanto, seria Bis In Idem.

Entretanto, a advertência aplicada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social não tem validade, haja vista que, segundo a CF/88 e entendimento do STF e da jurisprudência dos tribunais pátrios, qualquer punição aplicada ao servidor pública deverá ser precedida de sindicância ou processo administrativo disciplinar assegurado o contraditório e ampla defesa.

Nesse passo, qualquer imposição de sanção, seja ela qual for, inclusive a advertência, deve ocorrer após a conclusão processo administrativo disciplinar prévio, onde se assegurou a ampla defesa e o contraditório, conforme determina o art. 5º, inc. LV, da CF/88).

Nesse sentido, o STF já decidiu no sentido de que a aplicação de advertência sem ampla defesa é nula de pleno direito (STF, Ministro-Relator Moreira Alves, RMS nº 22.789/PR, 1ª T., DJ de 25/6/1999, p. 45); sem ampla defesa, a sindicância punitiva é nula (STJ, Ministro-Relator Gilson Dipp, ROMS nº 4.606/PE, 5ª T., DJU de 22/4/03).

A jurisprudência assim manifesta sobre a questão:

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. CONSELHEIROS TUTELARES. APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. E DEVIDO PROCESSO LEGAL. INEXISTÊNCIA DE DANO MORAL INDEZENÁVEL. RECURSO DESPROVIDO. 1. CASO EM EXAME: Apeleção cível interposta por Conselheiros Tutelares do Município de Serra contra sentença que julgou improcedente pedido de indenização por danos morais, decorrente da aplicação de penalidade de advertência por suposta paralisação de serviços, sem a instauração de processo administrativo disciplinar. Alegam ausência de contraditório e ampla defesa, e afirmam que a sanção gerou abalo moral em razão da publicação do ato no Diário Oficial. II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO: Há duas questões em discussão: (i) verificar a legalidade da penalidade de advertência aplicada sem a observância dos princípios constitucionais do contraditório, ampla defesa e devido processo legal; (ii) examinar se a publicação da penalidade em Diário Oficial, considerada a nulidade do procedimento administrativo, enseja dano moral indenizável. III. RAZÕES DE DECIDIR: A aplicação de penalidade administrativa sem a prévia instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar viola os princípios constitucionais da ampla defesa e devido processo legal. IV. DISPOSITIVO: E TESE: Recurso desprovido. Tese de julgamento: A aplicação de penalidade administrativa sem a observância do contraditório, ampla defesa e devido processo legal é nula, nos termos do art. 5º, LV, da CF/1988. A nulidade do ato administrativo, por si só, não gera dano moral indenizável, salvo se demonstrado abalo extrapatrimonial decorrente de imputação falsa ou vexatória. Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, LV; Jurisprudência citada: TJES, Apeleção Cível nº 0001200-54/2013, 8.08.0045. Rel. Des. Julio Cesar Costa de Oliveira, J. 25.06.2022. T-JAG, AC nº 10611180019089001, Rel. Rinaldo Kennedy Silva, J. 03.03.2020. STF, RMS nº 22789, Rel. Min. Moreira Alves, J. 04.05.1999.

(TJES - APELAÇÃO CÍVEL: 00012520820190860048, Relator: ROBSON LUIZ ALBANEZ, 4ª Câmara Cível)

REMESSA NECESSÁRIA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - NULIDADE DE SINDCINCIA - APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA - VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. A sindicância instaurada no âmbito administrativo, enquanto procedimento sumário, tem por objetivo tão somente apurar fatos necessários à instrução de possível processo administrativo disciplinar. 2. Ocorre que, a partir do momento em que deixa de servir como base para a instauração do processo administrativo disciplinar, a dela decorre a aplicação direta da penalidade de advertência em detrimento da servidora pública, devem ser respeitadas as garantias constitucionais inerentes a toda e qualquer processo administrativo, fazendo-o indispensável a observância dos princípios da contraditório e da ampla defesa. 3. Portanto, não se pode aplicar a penalidade de advertência sem a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, os quais devem ser observados em processos judiciais e administrativos, conforme disposto no art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal. 4. Recurso conhecido e desprovido. Sentença mantida.

(TJES, Apeleção Cível nº 0001200-54/2013, 8.08.0045, Órgão julgador: 1ª Câmara Cível, Magistrado: JULIO CESAR COSTA DE OLIVEIRA, Data: 29/06/2022)

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS - PENALIDADE DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA/REPREENSÃO - REGISTRO EM BOLETIM DE OCORRÊNCIA FUNCIONAL - AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÉVIO - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - CONCESSÃO DA SEGURANÇA - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. 1) O ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SEU INCISO LV, ASSEGURA A TODOS O DIREITO A AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. 2) A penalidade de advertência administrativa a servidor público, sem a prévia instauração de processo administrativo disciplinar, afronta os princípios da ampla defesa e do contraditório e a garantia constitucional do devido processo legal, de modo a ensejar a nulidade do ato administrativo que aplica a repressão funcional. 3) Recurso provido.

(TJAG - AC: 10611180019089001 MG, Relator: Rinaldo Kennedy Silva (JD Convocado), Data de Julgamento: 03/03/2020, Data de Publicação: 11/03/2020)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA OFICIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. APLICAÇÃO DE PENA DE ADVERTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. ARTIGO 2º, LV, DA CF/88. REEXAME NECESSÁRIO DESPROVIDO. 1. Cinge-se a controvérsia em apurar se laborou com ofensa ao juro processual, em decorrência da aplicação de penalidade de advertência sem a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório. 2. A aplicação de penalidade de advertência sem a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório é nula de pleno direito. 3. Portanto, não se pode aplicar a penalidade de advertência sem a observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório. 4. Recurso provido.

(TJ-CE - Remessa Necessária: 000272832013060168 CE 0002726-32/2013, 8.06.0168, Relator: LUIZ EDUARDO GONÇALVES LEITE, 2ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 11/10/2017)

Apeleção, Servidor Público Municipal, Município de Conchal, Pretensão voltada à anulação de penalidades administrativas. Ausência de ofensa ao princípio da ampla defesa. Recurso que guarda adequada conexão com os fundamentos alegados no sentença, o recurso, Apeleção de 1ª instância, sem instauração de procedimento administrativo. Ofensa aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Sentença mantida. Recurso improvido.

(TJSP - AC: 1000124242020620144 SP 100124-24/2020, 8.26.0114, Relator: Paula Lorenza, Data de Julgamento: 22/11/2022, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 22/11/2022)

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar caso análogo, decidiu da mesma forma:

Servidor público. Aplicação da pena de advertência sem a instauração de sindicância na qual se daria o exercício da ampla defesa dos que vieram a ser punidos. Nulidade. - Do sistema da Lei 8.112/90 resulta que, sendo a apuração de irregularidade no serviço público feita mediante sindicância ou processo administrativo, assegurado ao acusado ampla defesa (art. 143), um desses dois procedimentos terá de ser adotado para essa apuração, o que implica dizer que o processo administrativo não pressupõe necessariamente a existência de uma sindicância, mas, se o instaurado for a sindicância, é preciso distinguir se dele resultará a instauração do processo administrativo disciplinar, e ele mesmo procedimento preparatório deste, e, neste caso, que será imprescindível se de a ampla defesa do servidor se, porém, da sindicância decorrer a possibilidade de aplicação de penalidade de advertência ou de suspensão de até 30 dias, essa aplicação só poderá ser feita se for assegurado ao servidor, nesse procedimento, sua ampla defesa. - No caso, não se instaurou nem sindicância, nem processo administrativo, e sem se dar, por isso mesmo, qualquer oportunidade de defesa aos imputados, foi-lhes aplicada a pena de advertência, por decisão que foi tomada, como se vê da cópia a fls. 10, em processo administrativo contra terceiro e no qual os imputados constituíram a comissão de inquérito. Recurso ordinário a que se dá provimento.

(STF - RMS: 22789 RJ, Relator: MOREIRA ALVES, Data de Julgamento: 04/05/1999, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 25-06-1999 PP-00045 EMENT VOL-1956-02 PP-00245)



EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE JAGUARIAIVA

Rosana Araújo Lopes - MTB - nº 3194 - PR

Jornalista Responsável

Secretaria Municipal de Comunicação

Rua Leônidas Ferreira de Barros, s/nº - Cidade Alta

(43) 3535 9306

E-mail: comunicacao@jaguaraiava.pr.gov.br



Após as oitivas, a Comissão Processante entendeu pela necessidade de instaurar a investigação, nos termos do art. 122, I da lei municipal 2155/01, fls. 31/33. A investigação apresentou defesa no prazo concedido.

Diante do exposto acima, é necessário teoremos considerações com escopo no deslinde da causa.

Na defesa a investigação afirmou que assinou a advertência, e, que, portanto, eventual condenação implicaria em Bis In Idem, o que não ocorreu conforme já explanado.

Em que pese o alegado pela defesa, podemos afirmar categoricamente que houve o cometimento do ato falto, já que as provas carreadas nos autos não deixam dúvidas.

Conforme se pode perceber pelos relatos acima, além dos depoimentos serem uníssimos quanto à responsabilidade da investigação, cada depoimento foi um complemento do outro, como dito alhures, pois cada servidor acompanhou a investigação por um determinado período. Nesta senda, cada depoimento colhido preencheu todas as lacunas, contrariando a defesa da investigação.

A ausência injustificada do local de trabalho sem autorização compromete a regularidade do serviço público e afronta os princípios da legalidade, da hierarquia e da eficiência.

Desta feita, não se pode permitir que atos como o ocorrido, passem despercebidos ou ignorados pela Administração Pública, pois poderia dar margem para que outros servidores da Administração cometam a mesma infração, ou seja, ausentem-se do local de trabalho sem autorização do chefe imediato, podendo, ocasionar prejuízo ao regular andamento dos trabalhos nos órgãos públicos. Nota-se que ausências de servidores públicos dos postos de trabalho sem autorização ao chefe imediato pode gerar falta no atendimento à população jaguariavense, pois o chefe imediato sem autorizar a ausência do servidor não terá como a repor em tempo hábil para não gerar prejuízo no regular andamento dos trabalhos nos órgãos públicos.

Desse modo, colocando-se numa linha do tempo, cada depoimento preencheu o espaço temporal dos fatos ocorridos na data de 29 de maio de 2025, sendo que todos relataram com minúcias sobre a responsabilidade da monitora ter se ausentado sem a autorização da chefe imediata, não havendo qualquer brecha para outra interpretação.

A defesa da investigação não trouxe qualquer prova contrária a afirmação das testemunhas sobre a responsabilidade da professora.

Diante do que foi exposto, concluiu pela responsabilização da investigação, o qual infringiu o disposto no Art. 122, I da Lei Municipal nº 2155/01, sob o fundamento de expediente, sem prévia autorização do Chefe imediato da Lei Municipal nº 2155/01.

Gize-se, que a investigação possui infração disciplinar anterior, fls. 30 dos autos.

Verifica-se que a conduta apurada nos autos constitui infração disciplinar de natureza leve, a qual, em condições normais, seria punível com advertência, conforme previsto no artigo 134 da Lei Municipal nº 2155/2010.

Contudo, constatada a reincidência da servidora em prática infracional, impõe-se a agravamento da penalidade, nos termos do que dispõe o artigo 135.

A suspensão, segundo o art. 135, será aplicada quando for verificada a reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo ultrapassar 90 (noventa) dias de duração.

Conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Superior Tribunal de Justiça, a reincidência autoriza a aplicação de penalidade mais gravosa, mesmo que a infração atual, isoladamente considerada, fosse punível com advertência.

Constituição Federal, prevê no caput do Artigo 37, os princípios que devem ser respeitados pelos antes da administração pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) (g.n)

O Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria Geral da União (p. 267 - 268) disciplina a seguinte explicação:

O vocábulo reincidência tem por origem a palavra latina "recedere", que objetivamente significa recuar, repetir um ato já praticado e, em decorrência dessa situação, ser sancionado com maior rigor. Assim, numa primeira análise da primeira parte do artigo 130 caput, o intérprete tecnicamente mais atento poderia entender que bastaria o cometimento de uma primeira e de uma segunda infração para que se estivesse configurada a reincidência que resulta na aplicação de suspensão. Porém, a que a Lei estatutária não exige, diretamente, uma decisão administrativa definitiva, que impute ao servidor infrator uma penalidade anterior. Contudo, por força imposta da Constituição Federal, especificamente delineada no seu art. 5º, inciso LVII, que insculpiu no nosso ordenamento jurídico o princípio da inocência, a reincidência somente pode ser reconhecida se existente decisão administrativa definitiva anterior, que tenha condenado o servidor no exercício do poder disciplinar. A reincidência é classificada pela doutrina penal conforme sua natureza em genérica, quando os crimes são de natureza diversa e específica, quando os crimes cometidos são da mesma natureza. A reincidência genérica é a regra no Código Penal (art. 63) e se verifica quando o agente comete novo crime, não necessariamente o mesmo tipo penal, depois de transferir em julgamento a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior. (g.n)

Em relação à aplicação da pena de suspensão no caso de reincidência do servidor, a jurisprudência assim se entende sobre a questão:

Apeleção Cível - MANDADO DE SEGURANÇA - GUARDA CIVIL MUNICIPAL - APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - AUSÊNCIA DE LEGALIDADE DA SANÇÃO APLICADA - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - OBSERVADO - SERVIDOR REINCENTE EM FALTA PUNIVEL COM ADVERTÊNCIA. PROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO - SENTENÇA MANTIDA. - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Apeleção Cível - MANDADO DE SEGURANÇA - GUARDA CIVIL MUNICIPAL - APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE SUSPENSÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - AUSÊNCIA DE LEGALIDADE DA SANÇÃO APLICADA - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - OBSERVADO - SERVIDOR REINCENTE EM FALTA PUNIVEL COM ADVERTÊNCIA. PROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO - SENTENÇA MANTIDA. - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Discute-se no presente recurso se há nulidade em ato administrativo que aplica suspensão ao exame da regularidade do desempenho do cargo de Guarda Civil Municipal. 2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que a atuação do Poder Judiciário no controle jurisdicional de procedimento administrativo não se examina da regularidade do ato, mas da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, sendo-lhe vedada qualquer incursão no mérito administrativo a impedir a análise e valoração das provas constantes no processo disciplinar. 3. Consoante dispõe o art. 230, da Lei Complementar Municipal nº 190/2011, a pena disciplinar de suspensão é cabível, no prazo máximo de 90 dias, nos casos de: a) reincidência das faltas punidas com advertência ou; b) violação das proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão ou de advertência. E, de acordo com o art. 229 da Lei Complementar Municipal nº 190/2011, as faltas punidas com advertência são aquelas que decorrem de violação de proibição (arroladas no art. 218 da citada LC), de inobservância de deveres funcionais (arroladas no art. 217 da citada LC), ou de desobediência à ordem de superior. 4. Para caracterização da hipótese de aplicação da pena de suspensão, não se exige que a falta anterior tenha sido efetivamente punida com advertência - que é a pena disciplinar mais branda prevista em lei -, mas sim que seja punível através desta sanção, mesmo porque, uma vez caracterizada a falta anterior, o que se visa reprimir com a segunda reprimenda de suspensão, é a reincidência da falta. 5. Não há que se falar em ilegalidade da sanção aplicada se a situação narrada nos autos está devidamente enquadrada na previsão legal de aplicação da penalidade de suspensão prevista no art. 230, da Lei Complementar Municipal nº 190/2011. 6. Inexistiu manifesta desproporcionalidade da sanção, quando sua aplicabilidade deriva da ponderação das circunstâncias previstas no art. 226 do Lei Complementar Municipal nº 190/2011. 7. Apeleção Cível conhecida e não provida.

(TJ405 - Apeleção Cível: 0803304-43, 2020.8.12.0001 Campo Grande, Relator: Des. Paulo Alberto de Oliveira, Data de Julgamento: 12/04/2024, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 15/04/2024)

Assim, diante da reiteração da conduta e com base nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, entende este julgador que a penalidade adequada e necessária à repressão e prevenção de novas infrações é a de suspensão, pelo prazo de 03 (três) dias, nos termos da legislação vigente.

3. DISPOSITIVO

Ante o exposto, tendo em vista as provas colhidas no caderno processual JULGO PROCEDENTE o presente processo administrativo disciplinar, e condeno a servidora VALDELCINE PAES DE OLIVEIRA, a pena de suspensão de 03 (três) dias, sem pagamento dos vencimentos e sem contagem do tempo de suspensão como tempo de serviço, para qualquer efeito.

Por derradeiro, requer-se sejam excluídas da ficha funcional da investigada; advertências que não foram precedidas de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

A vista do presente julgamento, determino seja dada a publicidade necessária ao ato, através de publicação na Imprensa Oficial do Município.

Cumpra-se.

Jaguaraiava-Pr, 03 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
PREFEITO



SEFIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA/CREDECIAÇÃO Nº 51/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

RELAÇÃO DE EMPRESAS CREDENCIADAS - ORDEM DE PROTOCOLO

OBJETO: CREDECIAÇÃO DE pessoas jurídicas, para integrar cadastro de prestadores de serviços especializados na área médica em caráter complementar, para atender a demanda do Hospital Carolina Lupion e da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

➤ Empresa Acessomed Gestão e Serviços Ltda

➤ Empresa BRAZMED LTDA

➤ Empresa DASE Clínica Médica e Diagnóstico Ltda ME

➤ Empresa Ana Cristina Pires Balbela EIRELE-ME

➤ Empresa Pontes e Nigowski S/S Ltda

➤ Empresa Caiobá Serviços Médicos Ltda

➤ Empresa Clínica Médica Mendes

➤ Matheus Balas Schimlanski EIRELE

➤ Carlos Eduardo da Silva Seabra& Cia S/S Ltda

Jaguaraiava, 05 de Setembro de 2025.

PATRICIA DE SOUZA SETTER
Agente de Contratação
Decreto nº 858/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÕES Nº 12/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 12/2025

OBJETO: Contratação de serviços de locação de banheiros químicos, destinados à Edição Especial da Feira da Lua, a realizar-se nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2025, no Parque Euzébio Delgado (Beira Rio).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 08 de setembro de 2025, às 17h00min do dia 10 de setembro de 2025

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 09h00min do dia 11 de setembro de 2025

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser solicitado pelo e-mail: contratacoes@jaguaraiava.pr.gov.br ou consultado no Portal da Transparência do Município, disponível em: <https://transparencia.betha.cloud/#/150KxRurTWXzQsU63HQ==/consulta/135669>

Jaguaraiava, 05 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIAIVA - PR
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 13/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2025

OBJETO: Contratação de uma banda show para a realização de espetáculo musical no dia 13 de setembro de 2025, com duração de 2 (duas) horas, em celebração ao 20º aniversário de elevação à freguesia do município de Jaguaraiava. O evento será realizado no Parque Beira Rio - Etzébio Delgado, encerrando as festividades da 11ª edição da Feira da Lua, e deverá contar com estrutura e equipe técnica completas..

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 08 de Setembro de 2025, às 09h50min do dia 11 de setembro de 2025.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 10h00min do dia 11 de setembro de 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O edital completo poderá ser examinado através do endereço eletrônico: <https://portal.jaguaraiava.pr.gov.br/transparencia/v2/licitacoes/>

Maiores informações: e-mail: comprasjag@gmail.com

Jaguaraiava, 05 de setembro de 2025.

JOSÉ SLOBODA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DE SETE (7) UNIDADES FILTRANTES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) MATARAZZO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JAGUARIAIVA/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME PROJETO.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 28/08/2025

FORNECEDOR: PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 47.225.693/0001-84 | VALOR: R\$ 911.899,56



EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 137/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS
PERSONALIZADOS

DATA DO CONTRATO: 25/08/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 304/2025
CONTRATADA: WALTER EDUVIRGES CARVALHO
CNPJ: 07.236.436/0001-23 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 33.901,75

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
CONTRATO DE FORNECIMENTO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 138/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
PACOTE DE VIAGEM PARA PASSEIO TURISTICO COM CAFÉ DA
MANHÃ A SER REALIZADO NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO, PARA
IDOSOS ATENDIDOS PELO CRAS QUE FAZEM PARTE DO SCFV

DATA DO CONTRATO: 25/08/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 303/2025
CONTRATADA: MENDES VIAGENS E TURISMO
CNPJ: 60.685.560/0001-59 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 8.990,00

EXTRATO DE ADITIVO

1º TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 408/2024

CONTRATADA: CONCRETIX CONCRETO E ARGAMASSA LTDA
CNPJ: 05.673.737/0006-01

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EMENDA

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação
CONTRATUAL e prorrogação da ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS, estabelecido no procedimento pelo período de 12
meses com efeitos a partir de 29 DE AGOSTO DE 2025 ATÉ 29
DE AGOSTO 2026.

JAGUARIAÍVA, 22 DE AGOSTO DE 2025.

EXTRATO DE ADITIVO

5º TERMO ADITIVO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.316/2022

CONTRATADO: MENDES & MENDES VIAGENS E TURISMO
LTDA

CNPJ: 35.424.583/0001-41

NATUREZA DO ADITIVO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FUNDAMENTO
LEGAL.

1.1. O presente aditivo contratual tem por objeto as
alterações da Cláusula Décima Sétima que passará a
compor a FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL os
servidores: ALEX DE PAULA PIETROBELLI e
NILSON FRANÇA DOS SANTOS.

JAGUARIAÍVA, 05 DE SETEMBRO DE 2025.

EXTRATO DE ADITIVO

2º TERMO ADITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1.228/2023

CONTRATADA: OXIGÊNEIS COM. DE OXIGÊNIO LTDA
CNPJ: 11.454.585/0001-36

NATUREZA DO ADITIVO CLÁUSULA PRIMEIRA – DA
EMENDA

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o
prazo de vigência contratual de 24/08/2025 até
24/02/2026.

JAGUARIAÍVA, 22 DE AGOSTO DE 2025.

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM
ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DE SETE (7)
UNIDADES FILTRANTES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE
ÁGUA (ETA) MATARAZZO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE
JAGUARIAÍVA/PR, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS,
MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS
NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME
PROJETO

DATA DO CONTRATO: 02/09/2025 | VIGÊNCIA: 12 MESES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 306/2025
CONTRATADA: PETRANOVA SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES
LTDA
CNPJ: 47.225.693/0001-84 | VALOR CONTRATUAL: R\$ 911.899,56



CÂMARA

EXTRATO

1º TERMO ADITIVO – VALOR
DISPENSA Nº 09/2024

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaguariá

CONTRATADA: EXTINCOGO – COMÉRCIO DE EXTINTORES
E GASES INDUSTRIAIS LTDA - CNPJ nº 30.499.038/0001-11

OBJETO: PRORROGAÇÃO do o prazo da vigência do Contrato
nº 05/2024, oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº
09/2024, por 12 (doze) meses, contemplando-se, nesta ocasião,
o período de 10/09/2025 a 09/09/2026, nos termos dos artigos
106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e REAJUSTE em 5,13% o
valor inicialmente contratado, conforme INPC
acumulado de julho de 2025, a partir da data de assinatura deste
instrumento.

VALOR GLOBAL: R\$ 997,58 (Novecentos e noventa e sete
Reais e cinquenta e oito centavos)

DOTAÇÃO: 3.3.90.30.04.00 - GÁS E OUTROS MATERIAIS
ENGARRAFADOS

Jaguariaíva, 04 de setembro de 2025.

DIMAS ALBERTO FARIA CORREA

Vereador-Presidente